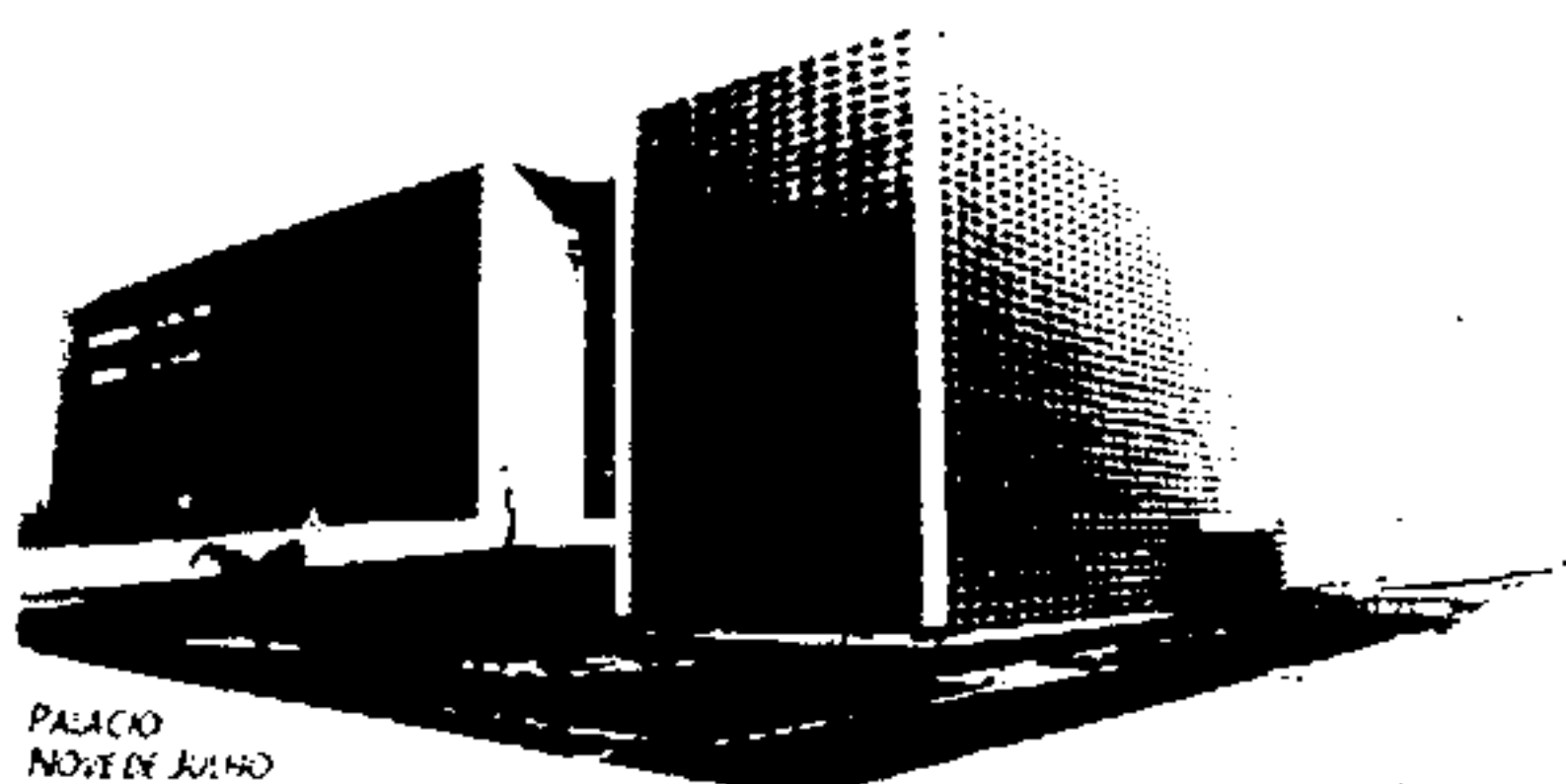


PALÁCIO
NOVE DE JULHO

DECRETO LEGISLATIVO N.º 180, DE 27 DE ABRIL DE 1984

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe confere a alínea "j" do inciso II do artigo 14 da III Consolidação do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Artigo 1.º — São declaradas subsistentes as conclusões da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado, contidas no Processo n.º 809/78 — RUNESP, a que alude o Ofício DEP/GP/41/84, da Presidência daquele Tribunal, que consideraram ilegais os contratos celebrados, respectivamente, em 15-8-77 e 23-1-79, entre a Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" e a firma GVE — Planejamento, Fiscalização e Projetos S.C. Ltda.

Artigo 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 27 de abril de 1984.

a) NÉFI TALEs, Presidente
a) Vanderlei Macris, 1.º Secretário
a) Sérgio Santos, 2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 181, DE 27 DE ABRIL DE 1984

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe confere a alínea "j" do inciso II do artigo 14 da III Consolidação do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Artigo 1.º — São declaradas subsistentes as conclusões da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado, contidas no Processo RG n.º 1.763/84 (TC 2.627/81), a que alude o Ofício DEP/GP 21/84, da Presidência daquele Tribunal, que consideraram irregulares os índices de reajustes de aluguéis de prédio locado pela Divisão Regional de Saúde de Campinas da Secretaria de Estado da Saúde e que determinaram a aplicação de multa ao ordenador da despesa.

Artigo 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 27 de abril de 1984.

a) NÉFI TALEs, Presidente
a) Vanderlei Macris, 1.º Secretário
a) Sérgio Santos, 2.º Secretário.

Ordens do Dia

2 de maio de 1984
35.ª Sessão Ordinária

Proposição em Regime de Urgência

— Discussão e votação da Moção n.º 1, de 1984, apresentada pelo deputado Emílio Justo, repudiando os termos do Decreto n.º 2.087/83 e apelando para o Congresso Nacional no sentido de serem rejeitados o aludido instrumento e possíveis mensagens do Executivo propondo alteração nos atuais critérios concessórios de aposentadoria por tempo de serviço. Parecer n.º 239, de 1984, da Comissão de Promoção Social, favorável.

Proposições em Regime de Tramitação Ordinária

1 — Discussão e votação da Moção n.º 488, de 1983, apresentada pelo deputado José Cicote, apelando para o Congresso Nacional no sentido de ser apresentada proposição objetivando a criação de novos empregos no país, dentro dos critérios que especifica. Parecer n.º 144, de 1984, da Comissão de Relações do Trabalho, favorável.

2 — Discussão e votação da Moção n.º 539, de 1983, apresentada pelo deputado José Yunes, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser remetido ao Congresso Nacional projeto de lei substantiva de natureza penal, dispondo sobre os delitos e as penas nos crimes contra a natureza e o meio ambiente, e projeto de lei adjetiva disciplinando as ações de responsabilidade, por danos ecológicos, previstas no § 1.º do artigo 14, da Lei 6.938, de 31-8-81. Parecer n.º 1.601, de 1983, da Comissão de Defesa do Meio Ambiente, favorável.

3 — Discussão e votação da Moção n.º 549, de 1983, apresentada pelo deputado Laerte Pinto, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser obstada qualquer iniciativa objetivando a proibição do saque global do FGTS pelo assalariado demitido sem justa causa. Parecer n.º 136, de 1984, da Comissão de Relações do Trabalho, favorável.

4 — Discussão e votação da Moção n.º 556, de 1983, apresentada pelo deputado Geraldo Alckmin, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser criada e instalada Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho, em Cruzeiro. Parecer n.º 173, de 1984, da Comissão de Justiça, favorável.

5 — Discussão e votação da Moção n.º 569, de 1983, apresentada pelo deputado Floriano Leandrini, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser enviada ao Congresso Nacional proposição modificando a legislação previdenciária, facultando a contagem recíproca do tempo de serviço rural com o de outras atividades para fins de aposentadoria. Parecer n.º 83, de 1984, da Comissão de Promoção Social, favorável, com emenda.

6 — Discussão e votação da Moção n.º 576, de 1983, apresentada pelo deputado Aloysio Nunes Ferreira, repudiando pressões externas e internas que pretendem alterar a Política Nacional de Informática e apelando para o Congresso Nacional no sentido de serem aprovados mecanismos legais de estímulo e proteção, pelo instrumento de "reserva de mercado". Parecer n.º 211, de 1984, da Comissão de Economia, favorável.

7 — Discussão e votação da Moção n.º 583, de 1983, apresentada pelo deputado Ary Kara, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser instalado posto da COBAL, em Taubaté. Parecer n.º 210, de 1984, da Comissão de Economia, favorável.

8 — Discussão e votação da Moção n.º 588, de 1983, apresentada pelo deputado Augusto Toscano, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser instalada Junta de Conciliação e Julgamento em Amparo. Parecer n.º 101, de 1984, da Comissão de Justiça, favorável.

PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

10.ª Legislatura

2 de maio de 1984
36.ª Sessão Ordinária

Proposições em regime de prioridade

1 — Discussão e votação do Projeto de Decreto Legislativo n.º 3, de 1984, apresentado pela Comissão de Finanças e Orçamento em seu Parecer n.º 180, de 1984, sobre o Processo RG n.º 1770/84, declarando subsistentes as conclusões da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado, contidas no Processo TC n.º 2127/78, a que alude o Ofício DEP/GP/18/84, daquele Tribunal, que consideraram irregulares as contas da Companhia Estadual de Casas Populares — CE-CAP, referentes ao exercício de 1977.

2 — Discussão e votação do Projeto de Decreto Legislativo n.º 4, de 1984, apresentado pela Comissão de Finanças e Orçamento em seu Parecer n.º 182, de 1984, sobre o Processo RG n.º 1769/84, declarando subsistentes as conclusões da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado, contidas no Processo TC n.º 5.568/77, a que alude o Ofício DEP/GP n.º 24/84, daquele Tribunal, que desaprovaram as contas da Caixa Econômica do Estado de São Paulo — CEESP, referentes ao exercício de 1977.

Proposições em regime de proposição ordinária

1 — Discussão e votação adiada do Projeto de lei n.º 586, de 1983, apresentado pelo Sr. Governador, estabelecendo penalidade administrativa para o arremesso, descarregamento ou abono de lixo, entulho, sucata ou outro material nas vias terrestres e faixas de domínio sob jurisdição estadual. Parecer n.º 1591, de 1983, da Comissão de Justiça, favorável, com emenda. Parecer n.º 1592, de 1983, da Comissão de Transportes, favorável ao projeto e à emenda.

2 — Votação "ad referendum" do Projeto de lei n.º 237, de 1982, apresentado pelo deputado Geraldo Menezes, dando a denominação de "Padre Benito de Uriarte Eirabrain", (Padre Bento), à Escola Estadual de 1.º Grau do Bairro de Altino Arantes, de Batatais. Parecer n.º 227, de 1984, da Comissão de Justiça, favorável. Aprovado, com emenda, pela Comissão de Educação em seu Parecer n.º 228, de 1984.

3 — Votação "ad referendum" do Projeto de lei n.º 539, de 1983, apresentado pelo deputado Randal Juliano Garcia, declarando de utilidade pública a "Associação de Educação do Homem de Amambá", de Jundiá. Aprovado pela Comissão de Justiça em seu Parecer n.º 194, de 1984.

4 — Votação "ad referendum" do Projeto de lei n.º 547, de 1983, apresentado pelo deputado Geraldo Alckmin, dando a denominação de "Ismael Iglesias" à Escola Estadual de 1.º Grau do Barranco Alto, em Caraguatatuba. Parecer n.º 107, de 1984, da Comissão de Justiça, favorável. Aprovado pela Comissão de Educação em seu Parecer n.º 108, de 1984.

5 — Votação "ad referendum" do Projeto de lei n.º 569, de 1983, apresentado pelo deputado Ary Pedrosa, dando a denominação de "Prof. Mário Chorilli" à Escola Estadual de Primeiro Grau (Agrupada) do Parque Residencial 1.º de Maio, de Piracicaba. Parecer n.º 121, de 1984, da Comissão de Justiça, favorável, com emenda. Aprovado pela Comissão de Educação em seu Parecer n.º 122, de 1984, na forma da emenda da Comissão de Justiça.

Pauta

2 de maio de 1984
35.ª Sessão Ordinária

Em pauta por cinco sessões

Para conhecimento, recebimento de emendas e estudos dos Srs. deputados, de acordo com o artigo 160 e o item 3, § 1.º, do artigo 152 do Regimento Interno

1.ª Sessão

1 — Projeto de lei n.º 188, de 1984, apresentado pelo deputado Ademar de Barros, dando a denominação de "Miguel Munhoz Filho" à Escola Estadual de 1.º Grau Germania II, na Capital.

2 — Projeto de lei n.º 189, de 1984, apresentado pelo deputado Ademar de Barros, acrescentando parágrafo ao artigo 6.º da Lei n.º 898, de 18-12-75, excluindo das exigências para licenciamento e aprovação, os projetos relativos ao pequeno comércio, de atividade notoriamente não poluente.

3 — Projeto de lei n.º 190, de 1984, apresentado pelo deputado Archimedes Lammoglia, instituindo a "Semana Doutor Adhemar de Barros".

4 — Projeto de lei n.º 191, de 1984, apresentado pelo deputado Koyu Iha, dando nova redação às Leis n.ºs 1.925, de 29-12-78, e 3.704, de 04-01-83, disciplinando a adoção e substituição de livros didáticos nas Escolas Estaduais de 1.º e 2.º Graus.

5 — Moção n.º 83, de 1984, apresentada pelo deputado Geraldo Alckmin, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser revogada a Resolução n.º 831, do Banco Central, que vem propiciando prejuízos aos municípios brasileiros.

6 — Moção n.º 84, de 1984, apresentada pelo deputado José Yunes, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser concedido auxílio à Prefeitura Municipal de Mococa, para execução de obras de canalização do Ribeirão do Meio.

7 — Moção n.º 85, de 1984, apresentada pelo deputado Fernando Leça, apelando para o Sr. Presidente da República e para o Congresso Nacional no sentido de serem adotadas medidas objetivando a volta da Filosofia como disciplina obrigatória nos programas de ensino de segundo grau.

8 — Moção n.º 86, de 1984, apresentada pelo deputado Evandro Mesquita, apelando para o Presidente da Câmara Federal no sentido de ser criada a Comissão Permanente dos Municípios.

2.ª Sessão

1 — Projeto de lei n.º 187, de 1984, apresentado pelo deputado Emílio Justo, declarando de utilidade pública o "Círculo de Amigos do Menor Patulheiro de Santos — CAMPS", de Santos.

2 — Moção n.º 78, de 1984, apresentada pelo deputado Hélio Cesar Rosas, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem isentas de pagamento de tarifas de iluminação pública as Prefeituras Municipais e entidades filantrópicas sem fins lucrativos dos municípios dotados de recursos hídricos utilizados na geração e exploração de energia elétrica.

3 — Moção n.º 79, de 1984, apresentada pelo deputado Vicente Botta, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem estendidos aos empregados rurais os benefícios da contagem recíproca de tempo de serviço para efeito de aposentadoria.

4 — Moção n.º 80, de 1984, apresentada pelo deputado Gilberto Delmont, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser vedada às empresas de transporte coletivo, interestadual e intermunicipal, a cobrança, aos usuários, de despesas decorrentes de seguros, tarifas de embarque e taxas de pedágio.

5 — Moção n.º 81, de 1984, apresentada pelo deputado Dalla Pria, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser concedido auxílio-doença ao trabalhador rural brasileiro.

6 — Moção n.º 82, de 1984, apresentada pelo deputado Roberto Purini, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser solucionada a situação das Cooperativas Habitacionais do País, diante das constantes majorações das prestações mensais que impedem o acesso aos mutuários-cooperados, notadamente os filiados à Cooperativa Habitacional de Bauru.

3.ª Sessão

1 — Projeto de lei complementar n.º 3, de 1984, apresentado pelo deputado Fernando Moraes, alterando a redação do § 6.º do artigo 19 do Decreto-lei Complementar n.º 9, de 31-12-69 (Lei Orgânica dos Municípios), estabelecendo que o voto será sempre público nas deliberações da Câmara, salvo no julgamento dos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito.

2 — Projeto de lei n.º 177, de 1984, apresentado pelo deputado Walter Mendes, dando a denominação de "Professora Hilda Holtz Carvalho" à EEPG do Bairro de Santa Celia, em Pilar do Sul.

3 — Projeto de lei n.º 178, de 1984, apresentado pelo deputado Vanderlei Macris, dando a denominação de "Prof.ª Maria Antonietta La Fortezza" à EEPG do Bairro de Santa Emília, em Sumaré.

4 — Projeto de lei n.º 179, de 1984, apresentado pelo deputado Vanderlei Macris, dando a denominação de "Prof.ª Cecília de Negri" à EEPG do Jardim São Francisco, em Sumaré.

5 — Projeto de lei n.º 180, de 1984, apresentado pelo deputado Vanderlei Macris, dando a denominação de "Professora Izolina Patrocínio de Lima" à Escola Estadual de Primeiro Grau (Agrupada) do Bairro de Usina, em Atibaia.

6 — Projeto de lei n.º 181, de 1984, apresentado pelo deputado Hélio Furlan, dando a denominação de "Getúlio Vargas" à Rodovia dos Imigrantes.

7 — Projeto de lei n.º 182, de 1984, apresentado pelo deputado Hélio Cesar Rosas, dando a denominação de "Prof.ª Elvira Parada Manga" à Escola Estadual de 1.º Grau do Jardim União, em Franco da Rocha.

8 — Projeto de lei n.º 183, de 1984, apresentado pelo deputado Floriano Leandrini, dando a denominação de "Prof. Dr. Álvaro Dino de Almeida" ao Posto Médico do Distrito de Ouro Fino, em Ribeirão Pires.

9 — Projeto de lei n.º 184, de 1984, apresentado pelo deputado Vanderlei Macris, dando a denominação de "Mestre Gilberto de Pinho" à Escola Estadual de Primeiro Grau do Jardim Julieta, em Itapevi.

10 — Projeto de lei n.º 185, de 1984, apresentado pelo deputado Vanderlei Macris, dando a denominação de "Professora Ignês Amélia de Oliveira Machado" à Escola Estadual de Primeiro Grau do Conjunto Habitacional do Jardim Paulista, em Itapevi.

11 — Projeto de lei n.º 186, de 1984, apresentado pelo deputado Vanderlei Macris, dando a denominação de "Professora Iracema Raven Maciel" à Escola Estadual de Primeiro Grau de Vila Santa Rita, em Itapevi.

12 — Moção n.º 75, de 1984, apresentada pela Comissão de Finanças e Orçamento, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser facultado ao contribuinte do Imposto de Renda — pessoa física, abater da renda bruta, despesas essenciais à sua manutenção e da família, mediante comprovação através de nota fiscal.

13 — Moção n.º 76, de 1984, apresentada pelo deputado Fernando Leça, apelando para o Congresso Nacional no sentido de ser aprovada a Emenda Dante de Oliveira, que estabelece eleições diretas para Presidente da República em 1984.

14 — Moção n.º 77, de 1984, apresentada pelo deputado Augusto Toscano, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser tornada sem efeito a proibição do Banco Central que impede entidades criadas pelo poder público municipal administrarem recursos públicos com o fim de construir moradias populares.

4.ª Sessão

1 — Projeto de lei n.º 174, de 1984, apresentado pelo deputado Floriano Leandrini, dando a denominação de "Senador Teotônio Brandão Villela" ao Posto de Saúde do Bairro Santa Lúcia, em Ribeirão Pires.

2 — Projeto de lei n.º 175, de 1984, apresentado pelo deputado Edinho Araújo, autorizando o Executivo a celebrar convênio entre a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, a CESP e as Prefeituras Municipais, objetivando incrementar a piscicultura no Estado.

3 — Projeto de lei n.º 176, de 1984, apresentado pelo deputado Nelson Fabiano, dando a denominação de "Jurandir Siciliano" ao trecho da Rodovia SP-255 compreendido entre Avare (cruzamento com a Rodovia Raposo Tavares) e a divisa com o Estado do Paraná.

5.ª Sessão

1 — Projeto de lei n.º 171, de 1984, apresentado pelo deputado Ademar de Barros, dando a denominação de "José de Souza Cabral" à Escola Estadual de 1.º Grau da Cidade do Arará, em Guarani D'Oeste.

2 — Projeto de lei n.º 172, de 1984, apresentado pelo deputado Luiz Carlos Santos, dando a denominação de "Prof. Daltira de Toledo Castro" à E.E.P.G. (A) de Vila Ribeiro, em Jaú.

3 — Projeto de lei n.º 173, de 1984, apresentado pelo deputado Mauro Bragato, dando a denominação de "João Donisete Pereira" à Escola Estadual de Primeiro Grau de Santo Antônio do Aracanguá, em Aracatuba.

4 — Moção n.º 67, de 1984, apresentada pelo deputado José Storópoli, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser padronizado o auto de multa em nível nacional, realizado convênio entre os DETRANS e o encaminhamento do auto de infração à localidade do licenciamento do veículo.

5 — Moção n.º 68, de 1984, apresentada pela Comissão de Promoção Social, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser destinada a arrecadação de um dia dos postos de pedágio das estradas federais para os flagelados do Nordeste.

6 — Moção n.º 69, de 1984, apresentada pelo deputado Mauro Bragato, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser promovida melhor distribuição de terras em áreas de maior concentração de assalariados, parceiros, arrendatários, posseiros e ocupantes.

7 — Moção n.º 70, de 1984, apresentada pelo deputado Fernando Moraes, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser revogada a Resolução 831 do Banco Central ou alterado seu texto, de sorte que, não sejam prejudicados os programas habitacionais desenvolvidos pelos municípios.

8 — Moção n.º 71, de 1984, apresentada pelo deputado Koyu Iha, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem concedidas passagens gratuitas às pessoas com mais de 65 anos de idade, em trens da Rede Ferroviária Federal.

9 — Moção n.º 72, de 1984, apresentada pelo deputado Mauro Bragato, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser concedida aposentadoria, aos 25 e 30 anos de serviço, respectivamente, para as mulheres e para os homens da administração dos estabelecimentos de ensino.